

Um dia depois do outro

Recebi, pela internet, um convite para a manifestação realizada no domingo, dia 13. Achei apropriado que se tenha feito, nele, uma referência à história do Brasil. Achei apropriado porque é impossível fazer política sem conhecer a história; e, mais ainda, quando se trata de assumir posições nítidas.

Relembro que, em 1964, realizou-se uma “Marcha da família, com Deus, pela liberdade”, da qual participou muita gente boa, que era a favor da família, de Deus, e da liberdade. Dos que participaram e possivelmente tiraram fotografias, poucos, por vergonha, as devem ter conservado. Sabiam que a Marcha era contra o governo de João Goulart, com quem não simpatizavam por ser populista e afilhado de Getúlio, o “pai dos pobres”; mas não sabiam que sua função real era legitimar o golpe. Também não sabiam que, na esteira do golpe, seria suspenso o habeas corpus, rasgada a Constituição, fechado o Congresso, cassados mandatos populares, disponibilizados ministros do STF (como Evandro Lins e Silva, Vitor Nunes Leal e Hermes Lima) e muitos magistrados independentes, sequestrados, torturados e assassinados opositores da ditadura. Ignoravam que as facções autoritárias, a que tinham dado apoio, implantariam a censura, patrocinariam o incêndio de bancas de jornais, praticariam atentados terroristas como a bomba no Rio Centro, e simulariam suicídios como o de Vladimir Herzog.

Essas coisas, para o bom entendedor, já vinham inscritas no DNA da Marcha. Desde a eleição de Getúlio em 1951, era nítida a polarização política, que atizada pelo verbo incendiário de Carlos Lacerda, explodiu com o cerco ao presidente e o seu suicídio, em 1954. Quando Jânio renunciou, em 1961, rebelaram-se os militares (que se tinham oposto em 1955 à posse de Juscelino), contra a posse do vice-presidente João Goulart. O que havia, no fundo, era o confronto de dois campos políticos antagônicos, um conservador e outro popular (ou progressista, como se costumava dizer).

Militares à parte, é o mesmo que acontece hoje, com diferença nos pretextos ou motes propagandísticos (mesmo que amparados em motivos reais), como o “mar de lama”, a “república sindicalista”, ou a corrupção. Aliás, proclamado o “ato institucional” de 1964, criou-se uma Comissão Geral de Investigações, que apontava, para punição, os “subversivos” e os “corruptos”. Mas não me consta que tenham sido cassados, como corruptos, políticos tais como Adhemar de Barros (que era governador de São Paulo) e Paulo Maluf (que seria nomeado, pelos militares, para o mesmo cargo).

A corrupção existe desde a descoberta do Brasil (leia-se, por exemplo, a sob esse aspecto nauseante biografia de Gregório de Matos Guerra, escrita por Ana Miranda). O erro de alguns espertos, dentro do PT, foi ter pretendido quebrar o monopólio da corrupção, praticado pelas classes dominantes. Conheço ex-dirigentes da Petrobrás, no governo Geisel, e em governos posteriores, que ficaram bilionários (e não foi com base nos seus salários).

Sou pessimista? Não. Sou cético? Não. Sou favorável à corrupção? Não.

O que acredito é que, fora da democracia, não há salvação. E que não se combate a corrupção por sobre as cinzas das garantias constitucionais e do Estado de Direito. Assim, meu chapinha, se você foi à manifestação de domingo, dia 13, e tirou a sua foto, espere o trânsito em julgado, antes de exibi-la.